



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **11 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 11 de outubro de 2012

DIÁRIO DO AMAZONAS Desemprego no Amazonas leva os trabalhadores a sacar quase meio bilhão de FGTS.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Panorama Econômico	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS Governo estuda novas medidas para ajudar o comércio exterior	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS Produção industrial e pacotes de incentivos	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL AMAZÔNIA Emprego na indústria caiu na região Norte em agosto.....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL AMAZÔNIA Comércio varejista cresce em todos os Estados da Amazônia	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
G-1 Polícia volta a retirar famílias de terreno federal em Manaus	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADÃO A reforma tributária em discussão. Mais uma vez	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Competitividade agora é palavra de ordem no governo	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BOL NOTÍCIAS Indústria cresce sem ampliar suas vagas de trabalho	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BOL NOTÍCIAS Mantega preocupado com a política monetária americana	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Desemprego no <u>Amazonas</u> leva os trabalhadores a sacar quase meio bilhão do FGTS	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Conforme dados oficiais apontam para uma arrecadação recorde no período de janeiro a agosto deste ano, além de um incremento de 58,6% nos últimos três anos

Manaus - De janeiro a agosto de 2012, o trabalhador do **Amazonas** sacou 62,6% do montante arrecadado pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). No período, R\$ 784,7 milhões entraram nos cofres do fundo, ao passo que R\$ 491,9 milhões foram retirados pelos mais diversos motivos, sendo o principal a dispensa de funcionários sem justa causa.

De acordo com os números do conselho curador do FGTS, a coleta de 8% no salário de cada trabalhador no **Amazonas** rendeu 14,25% a mais até agosto de 2012, visto que, no ano passado, esse montante era de R\$ 686,8 milhões. Os dados oficiais apontam para uma arrecadação recorde para o período, além de um incremento de 58,6% nos últimos três anos. No acumulado de janeiro a agosto de 2009, os depósitos do fundo somavam R\$ 494,6 milhões.

Somente em agosto de 2012, a arrecadação do FGTS no Estado rendeu R\$ 106,2 milhões. Em igual período do ano passado, esse total havia sido de R\$ 91,2 milhões o equivalente a um crescimento de 16,35% no confronto dos meses. Agosto foi o mês que apresentou a maior receita proveniente do recurso.

Em relação aos saques realizados, de janeiro a agosto de 2012, foram efetuados 301,7 mil retiradas do fundo, o equivalente a R\$ 491,9 milhões. No mesmo intervalo de 2011, o valor sacado de FGTS pela população do **Amazonas** havia sido de R\$ 403,4 milhões, o que representa um aumento 21,93% na quantidade de casos onde o trabalhador precisou recorrer ao fundo.

Mais de R\$ 358 milhões (igual a 72,77% das retiradas) foram sacados por causa de dispensa do emprego sem justa causa. Esses casos tiveram um aumento de 22,8% em relação ao acumulado de janeiro a agosto do ano passado, quando R\$ 291,4 milhões foram tirados do fundo em decorrência das demissões. Só em agosto,

foram realizados R\$ 72,7 milhões em saques do fundo. Desse total, R\$ 53,1 milhões foram de pessoas dispensadas de seus empregos sem justa causa.

Análise

Para o titular da **Superintendência Regional** do Trabalho e Emprego (SRTE), Dermilson Chagas, os números são um retrato claro das demissões ocorridas no período, mas ele espera que o ano feche com um saldo positivo, mesmo que ainda seja inferior ao alcançado em anos anteriores. “O funcionário é o primeiro custo que se corta, pois é um peso grande. As demissões são inesperadas, então eles acabam ficando sem ter como planejar. Estamos chegando ao final do ano, as contratações estão acontecendo, mas não vão chegar iguais ao do ano passado”, disse Chagas.

Saques do FGTS para habitação chegaram a R\$ 21 milhões

A aquisição de imóveis teve pouca participação no volume sacado do FGTS. Quem precisou retirar o benefício para pagar total ou parcialmente sua moradia representou uma demanda de R\$ 21,1 milhões, com uma queda de 4,10% frente igual intervalo de 2011, quando pouco mais de R\$ 22 milhões foram destinados à habitação.

Os financiamentos habitacionais com recursos do FGTS destinam-se às famílias com renda bruta mensal de até R\$ 4,3 mil. O valor dessa renda poderá ser de até R\$ 5,4 mil para imóveis situados em municípios integrantes de regiões metropolitanas ou equivalentes, municípios-sede de capitais estaduais, ou municípios com população igual ou superior a 250 mil habitantes.

O vice-presidente do Conselho **Regional** de Economia do **Amazonas** (Corecon-AM), Francisco de Assis Mourão Júnior, declarou que o aumento nos depósitos do FGTS confirma a situação do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** e que as medidas apresentadas pelo **Governo Federal** não estão surtindo efeito.

Para os trabalhadores, o economista dá ainda algumas dicas de como proceder no momento da demissão.

“O conselho que eu dou é para pegar o dinheiro (do FGTS) e aplicar na caderneta de poupança ou deixar em

aplicações financeiras direto do banco. Se você tirar, vai acabar gastando. Esse dinheiro pode ser usado também para as dívidas de longo prazo ou aproveitar para se reciclar e voltar para o mercado de trabalho mais forte”, exemplificou.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Panorama Econômico		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

DAVID CAMERON

PRIMEIRO-MINISTRO DO REINO UNIDO

"Eis a verdade. O dano foi pior do que imaginávamos e está tomando mais tempo do que esperávamos."

MARIOMONTI

PRIMEIRO-MINISTRO DA ITÁLIA

"Hoje podemos ver que a disciplina orçamentária compensa e faz sentido... podemos nos permitir algum alívio moderado."

JOSÉ VIÑALS

CONSELHEIRO FINANCEIRO DO FMI

"O governo terá de decidir se pede o mecanismo do BCE. Cabe ao governo e receberíamos bem qualquer decisão de fazer isso."

SUCESSÃO

Agrônomo é nomeado para presidir a Embrapa

O agrônomo Mauricio Antônio Lopes foi nomeado pela presidente Dilma Rousseff para a presidência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em substituição a Pedro Arraes. Lopes é pesquisador na empresa desde 1989 e ocupava, desde abril de 2011, a diretoria de Pesquisa e **Desenvolvimento** da Embrapa.

ESTADOS UNIDOS

Fed aponta melhora no **mercado** de imóveis

O Livro Bege, divulgado pelo Fed (o BC americano), mostra que o **mercado** imobiliário teve uma ampla melhora no fim de agosto e começo de setembro, enquanto a economia mais ampla continuou se expandindo em ritmo moderado. O relatório aponta que as vendas de moradias usadas aumentou em todos os distritos.

ARGENTINA

País quer construir usinas com crédito do **BNDES**

O ministro de Planejamento da Argentina, Julio De Vido (foto), anunciou que vai se reunir com os ministros brasileiros Edison Lobão (Minas e Energia) e Fernando **PIM**ental (**Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**) na próxima semana, em Brasília. O governo argentino vai pedir financiamento do **BNDES** para construir duas usinas hidrelétricas na Província de Santa Cruz, estimadas em US\$ 4,9 bilhões. De 9 propostas levadas ao governo argentino para a construção das obras, 4 são de empresas brasileiras.

Ritmo positivo, mas lento

ADRIANO PIRES Número de postos de trabalho na indústria teve ligeira queda na passagem de julho para agosto 0,1% foi o recuo que, segundo o IBGE, pode ser encarado como uma persistência da melhora verificada em julho (0,2%), que interrompeu uma sequência de quedas

	VEÍCULO DCI - COMÉRCIO , INDÚSTRIA E SERVIÇOS	EDITORIA	
	TÍTULO Governo estuda novas medidas para ajudar o <u>comércio</u> exterior		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

SÃO PAULO

Preocupado com a perspectiva de uma queda ainda mais acentuada das **exportações**, que ameaça comprometer a retomada do crescimento da economia brasileira em 2013, o governo vai lançar novas medidas para melhorar o desempenho do **comércio** exterior. Mudanças regulatórias para a ampliação de instrumentos de garantias do crédito à **exportação** estão sendo preparadas pela área econômica.

A estratégia é melhorar a regulação do sistema de garantias (colaterais) facilitando a obtenção de crédito pelas empresas **exportadoras**. Entre as medidas, o governo facilitará o uso de recebíveis (receita futura) como colateral dos financiamentos à **exportação**. Uma empresa que fornece algum produto ou serviço, por exemplo, para o **mercado** doméstico, mas também é **exportadora** poderá usar esses recebíveis como garantia do crédito à **exportação**. Dessa forma, será criado um sistema de crédito à **exportação** para vincular a receita futura.

"Em geral, hoje é difícil isso acontecer", disse uma fonte. Será criado um sistema regulatório que permitirá ao Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) aceitar esse recebível como garantia do financiamento do banco à empresa **exportadora**. "Esse papel [o recebível] do jeito que é hoje não é uma garantia aceita dentro da regulação", explicou a fonte.

Com as mudanças regulatórias, o governo quer estimular o **mercado** secundário de garantias por meio da sua securitização. As mudanças terão que ser aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e possivelmente também será preciso enviar ao Congresso Nacional uma proposta de lei.

O governo também deve tirar do papel o projeto de criação do Eximbank, uma estrutura administrativa dedicada ao financiamento do **comércio** exterior. A proposta foi anunciada ainda no governo **Lula** entre as medidas de estímulo à indústria nacional.

Duas possibilidades estão em estudo para o Eximbank: vinculá-lo ao **BNDES** ou à Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias (ABGF). Recém-criada, a ABGF, que vem sendo chamada de Segurobrás, vai gerir uma série de fundos. A expectativa do governo é de que a ABGF será um **importante** instrumento para viabilizar os colaterais. Mas a regulamentação da agência, admitiu uma fonte do governo, deverá ficar somente para 2013 por causa da agenda da equipe econômica, que está voltada nesse momento para a definição das regras das concessões públicas e da redução do custo de energia.

Mas até o final do ano, o governo deve anunciar a simplificação e consolidação das leis de **comércio** exterior, algumas com mais de 50 anos. Também deverá ficar pronta a regulamentação do Fundo de Financiamento à **Exportação** (FFEX), criado no Plano **Brasil** Maior. O fundo vai financiar as vendas externas de micro, pequenas e médias empresas.

	VEÍCULO DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS	EDITORIA
	TÍTULO Produção industrial e pacotes de incentivos	
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE

Marcio Freitas é jornalista, especialista em Comunicação Empresarial e diretor da M.Free Comunicação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que, em agosto, a **produção** industrial avançou pelo terceiro mês consecutivo. A alta foi de 1,5%, a mais elevada desde maio do ano passado. Esse resultado foi alcançado graças aos setores beneficiados pela redução do IPI. O crescimento da **produção** foi estruturado em bens de consumo duráveis, destacando-se a **produção** de automóveis, eletrodomésticos e móveis. Todos esses segmentos são clientes do setor de transformação plástica. Nos últimos três meses o ganho acumulado é de 9,4% na **produção** de bens de consumo.

O aumento na venda de veículos automotores, acima de 3%, foi o maior responsável pelo bom desempenho da indústria em agosto, segundo o IBGE. Entretanto, a expectativa é de que o setor automotivo deva sofrer redução de crescimento nos próximos balanços do IBGE. Isso se explica por conta da queda nas vendas de setembro, já registradas, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Embora a força da indústria automobilística tenha diminuído sua intensidade, analistas de **mercado** acreditam que o resultado do terceiro trimestre de 2012 seja um pouco melhor.

Alguns bancos trabalham com queda de 0,8% na **produção** industrial de setembro. Entretanto, os resultados acumulados pela indústria, nos meses de julho e agosto, mostram que o **PIB** do trimestre poderá crescer algo em torno de 1%. Especialistas de **mercado** acreditam que há uma recuperação em curso, embora ainda pequena. Porém, é difícil afirmar que é uma recuperação sustentável, uma vez que outros segmentos da economia ainda estão atravessando por dificuldades, não somente por conta das nossas históricas limitações, como pela competição com **importados**.

Para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já existe um aquecimento. O ministro apontou aumento da demanda por produtos industrializados e melhora nas **exportações** de manufaturados. Claro que a análise de Mantega não viria sem o reforço de que o crescimento se deu graças às medidas adotadas pelo governo na área de câmbio, uma vez que o

dólar está mais favorável à balança comercial brasileira. Otimista, ele diz que a expansão industrial se manterá pelos próximos meses.

Do lado de cá, vamos cruzar os dedos para que sua profecia se materialize, pois não é fácil para a indústria brasileira concorrer com os **importados** que estão chegando e massacrando a nossa **produção**. As medidas que estão em curso, adotadas pelo governo, podem surtir efeitos somente em 2013. Vale também lembrar que o resultado de agosto não foi o mesmo para o setor de bens de capital, que foi de apenas 0,3%, tal resultado estimula os pensadores da economia a se perguntarem se o investimento produtivo está abaixo do esperado.

Embora haja consenso sobre a mão do governo e a melhora dos indicadores, o setor industrial não pode mais continuar seguindo sem uma política mais arrojada focada na melhoria de produtividade, na inovação, na melhoria das condições de infraestrutura para escoar nossa **produção** e investimento em educação, capacitando mão de obra, para termos melhores aparatos de competitividade no **mercado** global. Questões como a redução da tarifa de energia ajudam, mas continuam sendo medidas pontuais.

Se continuarmos somente na dinâmica de bolsa para esse setor, bolsa para aquele outro, nunca chegaremos ao patamar de competitividade que outros países têm. Não somente o Brasil, mas boa parte dos países da América Latina apresentou crescimento e redução de disparidade social, o que mostra que há mais gente no **mercado** consumidor comprando e girando riqueza. É justo pensar em fornecedor para esses **mercados**, uma vez que já temos muitas empresas brasileiras investindo nesses países e conquistando seus espaços. Mas não chegaremos ao patamar desejado de competitividade se não houver uma política estruturada voltada para o aumento da competitividade e da sustentabilidade da **produção** brasileira.

Os alívios governamentais são paliativos e não nos conduzem, em médio e longo prazo, a caminhos satisfatórios para o setor produtivo. O mundo atravessa momentos difíceis. Com tudo isso, o **Brasil** está melhor que muitos países. Não é por essa razão que devemos cruzar os braços e deixar as

oportunidades passarem. Temos de seguir forte para afugentar a nuvem negra que sopra pelos EUA e Europa. O **Brasil** deve trabalhar seus desafios do presente, mas

principalmente projetar sua nação para um futuro que nos dê condições de competir no **mercado** global.

	VEÍCULO PORTAL AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO Emprego na indústria caiu na região Norte em agosto		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MANAUS – O total de pessoas ocupadas na indústria teve variação negativa de 0,1% em agosto, frente ao mês anterior. A avaliação é da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário, do IBGE, divulgada nesta quarta-feira(10).

Em 12 dos 14 locais onde a pesquisa é realizada, a região Norte apresentou os menores números negativos (-1,5%) assim como a região Centro-Oeste. O principal impacto negativo sobre a média global foi observado em São Paulo (-3,2%).

Na comparação com agosto de 2011, o emprego industrial mostrou queda de 2,0% em agosto de 2012. Esse é o 11º resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto, e o mais intenso desde dezembro de 2009 (-2,4%). O índice acumulado nos oito primeiros meses de 2012 apontou recuo de 1,4% comparado a igual período do ano anterior.

A taxa anual, indicador acumulado nos últimos 12 meses, ao registrar -1,0%, prosseguiu com a trajetória descendente iniciada em fevereiro de 2011 (3,9%).

Ainda no índice mensal, o total do pessoal ocupado assalariado recuou em 14 dos 18 ramos pesquisados, com destaque para os números negativos vindos do vestuário (-12,1%), têxtil (-7,0%), calçados e couro (-6,1%), meios de transporte (-3,4%), outros produtos da indústria de transformação (-3,7%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-3,1%), papel e gráfica (-3,4%), madeira (-7,2%) e metalurgia básica (-4,5%). Por outro lado, o principal impacto positivo sobre a média da indústria foi observado no setor de alimentos e bebidas (3,6%).

Número de horas pagas em agosto não varia em relação a julho

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o número de horas pagas recuou 2,6% em agosto de 2012, com taxas negativas em 13 dos 14 locais e em 15 dos 18 ramos pesquisados. Em termos setoriais, as principais influências negativas vieram de vestuário (-13,1%), meios de transporte (-5,5%), têxtil (-6,0%), calçados e couro (-5,2%), outros produtos da indústria de transformação (-4,6%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-3,4%) e

papel e gráfica (-3,9%). Em sentido contrário, alimentos e bebidas (2,7%), indústrias extrativas (2,7%) e produtos químicos (0,7%) assinalaram os resultados positivos nesse mês.

Entre os locais, ainda na comparação com agosto de 2011, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram queda (-2,7%). São Paulo (-3,8%) apontou a principal influência negativa sobre o total do País. Outros impactos negativos vieram da região Nordeste (-3,5%), Rio Grande do Sul (-4,0%) e regiões Norte e Centro-Oeste (-2,7%).

Valor da folha de pagamento real avança 2,2% em agosto

Em agosto de 2012, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria avançou 2,2% frente ao mês anterior, eliminando a redução de 1,1% registrada em julho último. No confronto com agosto de 2011, o valor da folha de pagamento real cresceu 1,7% em agosto de 2012, 32º resultado positivo consecutivo nesse tipo de comparação. Neste quesito “valor da folha” as regiões Norte e Centro-Oeste (-2,2%) assinalaram o impacto negativo mais relevante nesse mês, influenciado especialmente pelo setor extrativo (-20,0%).

Na comparação com igual mês do ano anterior, o valor da folha de pagamento real apresentou resultados positivos em 12 dos 14 locais investigados. As maiores influências sobre o total nacional foram verificadas em São Paulo (1,1%), Paraná (5,8%), Minas Gerais (3,3%), Rio Grande do Sul (3,6%) e Santa Catarina (3,5%).

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário produz indicadores de curto prazo relativos ao comportamento do emprego e dos salários nas atividades industriais, sobre pessoal ocupado assalariado, número de horas pagas e valor da folha de pagamento em termos nominais (valores correntes) e reais (deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), tendo como unidade de coleta as empresas que possuem unidades locais registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, e reconhecidas como industriais pelo Cadastro Central de Empresas do IBGE.

	VEÍCULO PORTAL AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO Comércio varejista cresce em todos os Estados da Amazônia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

MANAUS – Em agosto de 2012, o **comércio varejista do País** apresentou **variação de 0,2% para o volume de vendas e 1,0% para a receita nominal de vendas, taxas estas em relação ao mês anterior, ajustadas sazonalmente. As informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também apontam que as maiores elevações aconteceram em Roraima (28,8%); Amapá(24,6%); Mato Grosso do Sul (22,6%); Acre(14,9%); Ceará (13,6%) e Tocantins com 13,2%.**

Em relação ao varejo ampliado, todos os estados também tiveram variações positivas. As maiores taxas de desempenho no volume de vendas ocorreram em Mato Grosso (23,4%); Tocantins (22,8%); Mato Grosso do Sul (21,4%); Roraima (21,0%) e Bahia (20,7%).

Ainda por unidades da Federação, os resultados com ajuste sazonal (na comparação mês/mês anterior) para o volume de vendas mostram que dos 27 estados da federação, dezesseis apresentaram variação positiva, sendo os destaques: Amapá (7,0%), Roraima (3,6%), Mato Grosso do Sul (2,9%) e Mato Grosso com 1,9%.

Enquanto a receita nominal mantém taxas de crescimento positivas desde fevereiro, o volume de vendas atinge o terceiro mês consecutivo de expansão. Entretanto, ambas as taxas apresentam desaceleração no ritmo de crescimento neste mês. Em relação a agosto de 2011, as variações foram de 10,1% para o volume de vendas e de 13,7% na receita nominal. Nos acumulados dos oito primeiros meses do ano e dos últimos 12 meses, as taxas se estabeleceram, respectivamente, em 9,0% e 7,8% para o

volume de vendas, e em 12,0% e 11,4% para a receita nominal.

Já na relação de agosto de 2012 contra agosto de 2011 (série sem ajuste), todas as atividades do varejo obtiveram aumentos no volume de vendas, cujas taxas, por ordem de importância no resultado global, foram as seguintes: 8,5% para **Hipermercados**, **supermercados**, produtos alimentícios, bebidas e fumo; 16,6% para Móveis e eletrodomésticos; 10,1% em Combustíveis e lubrificantes; 10,4% em outros artigos de uso pessoal e doméstico; 12,8% para Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria; 8,3% em Tecidos, vestuário e calçados; 11,9% para Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação e 4,0% em Livros, jornais, revistas e papelaria.

O segmento de **Hipermercados**, **supermercados**, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com variação de 8,5% no volume de vendas em agosto, sobre igual mês do ano anterior, foi responsável pela maior contribuição (37%) à taxa global do varejo. Mesmo com a principal influência, a atividade continua apresentando desempenho abaixo da média, em função do comportamento dos preços dos alimentos, que cresceram acima do índice geral no período de 12 meses: 8,4% no Grupo Alimentação no Domicílio, contra 5,2% da inflação global, segundo o IPCA. Em termos de resultados acumulados, as taxas de variação se estabeleceram em 8,8% para o acumulado dos oito primeiros meses do ano, e em 7,2% no dos últimos 12 meses.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Polícia volta a retirar famílias de terreno federal em <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Local tinha sido alvo de invasão encerrada no dia 19 de setembro.

Auxiliar de pedreiro disse que vivia no local por não ter onde morar.

Oito pessoas foram retiradas pela Polícia Militar de uma área de propriedade da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** na manhã desta quinta (11). No mesmo terreno, localizado no **Distrito Industrial** II, Zona Sul da capital, as autoridades já tinham desmantelado uma invasão cometida por 500 famílias no último dia 19 de setembro.

O gerente de controle de poluição da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas), César Lopes, informou que a equipe do órgão encontrou as pessoas vivendo no local enquanto realizavam uma vistoria na área para saber o impacto ambiental causado pela primeira invasão.

De acordo com uma das pessoas flagradas morando na área, o auxiliar de pedreiro Josias da Silva informou que estava no local desde que a invasão teve início. "Não saí daqui porque não tinha para onde ir", disse, ao lado da esposa e dos dois filhos.

Segundo o capitão da Polícia Militar, Peter Santos, as oito pessoas retiradas do terreno farão um cadastro para serem atendimentos por órgãos municipais. O PM informou ainda que caso sejam flagrados novamente no local, as famílias serão detidas.

O terreno de cerca de 5,6 mil hectares e informações concedidas pelo **Superintendente** Adjunto de Administração da **Suframa**, Francisco Bezerra, a invasão encerrada no mês passado destruiu 1,5 km de cerca que demarcavam a área.

	VEÍCULO O ESTADÃO	EDITORIA	
	TÍTULO A reforma tributária em discussão. Mais uma vez		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Foram várias tentativas, desde a primeira, com Itamar Franco, quase 20 anos atrás. Agora, Dilma resolveu 'comer pelas bordas' O Estado de S.Paulo

Artigo

O **Governo Federal** anuncia que até o final do ano encaminha mais um projeto de reforma tributária, o "enésimo" desde o longínquo 1993, quando Itamar Franco, cumprindo mandamento constitucional, tentou revisar o sistema tributário brasileiro e tudo o que conseguiu foi a edição da Emenda Constitucional (EC) n.º 3, que instituiu o famigerado Imposto do Cheque, mais tarde convertido em Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Essa Emenda cometeu ainda a substituição tributária, faculdade de os Fiscos, por meio de lei, cobrarem tributos sobre fatos geradores futuros. Utilizada nos anos recentes de forma promíscua pelos Estados, desfigurou completamente a lógica do **ICMS**, imposto do tipo valor adicionado (IVA) que representa cerca de um quinto da carga tributária do País. Bela reforma tributária!

O presidente Fernando Henrique Cardoso também tentou a sua reforma tributária. Em seu primeiro ano de mandato encaminhou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 175/95, que traria profundas e modernizantes modificações no sistema tributário, especialmente no **ICMS**. Desse esforço resultou apenas a EC n.º 12/96, que criou a CPMF em substituição ao Imposto do Cheque, contribuição essa que foi sendo prorrogada ao longo de todo o período FHC.

A fila andou e chegou a vez de o presidente **Lula** reformar o sistema tributário. Em abril de 2003, em ato emblemático, desceu a rampa do Palácio acompanhado dos 27 governadores empunhando a PEC 41/2003, que reformulava completamente o **ICMS**, e proclamou do alto de sua glória: "Fiz em 3 meses a reforma tributária que o governo anterior não conseguiu em 8 anos".

A montanha pariu um rato: dessa bravata nasceu a EC n.º 42/2003, que além de miudezas irrelevantes, prorrogou a vigência da CPMF até dezembro de 2007. Outra proposta de reforma tributária foi tentada no segundo mandato de Lula, a PEC 31/2007, que está mofando em algum escaninho do Congresso Nacional. No âmbito da discussão daquela PEC, o governo buscou a prorrogação (talvez fosse essa a sua real

motivação) da vigência da CPMF, que expirava, como expirou, no fim daquele ano. O resultado, como sabemos, foi amargo para o presidente **Lula** e doce para o contribuinte. A CPMF morreu.

Agora é a vez da presidente Dilma. Sabedora das dificuldades políticas para reformar o sistema tributário - que implicará redistribuição de recursos fiscais e de poder, além do provável aumento de carga tributária (para nenhum ente federativo perder, obviamente perderá o contribuinte) -, resolveu "comer pelas bordas". "Vamos fazer uma reforma tributária fracionada, a conta-gotas", pontificou. Afinal, é o **ICMS**, imposto de competência estadual, o grande protagonista do manicômio tributário brasileiro, cuja reformulação depende do apoio da maioria, senão da totalidade, das unidades federadas. A possibilidade de perdas - de receita e de poder político - e a desconfiança mútua entre os entes federativos sempre catapultam para o limbo qualquer proposta de reforma tributária.

Enquanto isso, o setor produtivo tem sua competitividade ofendida pelo cipoal de normas que tornam a gestão fiscal onerosa e insegura, pela tributação dos investimentos e das **exportações**, pelas cumulatividades enrustidas e a pela guerra fiscal.

O **ICMS**, concebido para ser neutro - como devem ser os impostos do tipo valor adicionado (IVA) -, foi sendo ao longo do tempo espancado pelas administrações tributárias estaduais e hoje é uma jabuticaba que nem de longe lembra um IVA. O uso indiscriminado da substituição tributária em nome da comodidade arrecadatória do Fisco transformou esse imposto em exótico "IVA monofásico". A cobrança "na fonte" (na saída da indústria), por estimativa, do **ICMS** a ser gerado pelos elos subsequentes (**comércio** atacadista e varejista) da cadeia produtiva, agride profundamente as regras de **mercado**.

De outro lado, a guerra fiscal, a guerra dos portos - subespécie de guerra fiscal - e a guerra do **comércio** eletrônico, além de provocar perigosas tensões federativas, geram insegurança jurídica e quebram a neutralidade do imposto. A mitigação dessa distorção poderia ser alcançada com a adoção do princípio de destino, vale dizer, com a

aplicação de alíquota interestadual nula ou muito baixa, pois assim a arrecadação pertenceria ao Estado onde a **mercadoria** é consumida, passando a ser irrelevante o local de **produção** ou **importação**.

No caso dos bens **importados**, uma "fatia" da reforma tributária já foi aprovada pelo Senado, que reduziu para 4%, com vigência a partir do próximo ano, a alíquota interestadual de **ICMS** sobre tais bens. Os Estados, porém,

alegam dificuldades operacionais para sua implantação e laboram no sentido de postergar ou revogar esta "fatia".

Divulga-se, agora, uma nova fatia: será encaminhada PEC para adoção geral do princípio de destino (ou quase destino; alíquota interestadual baixa) do **ICMS**, que dará fim à guerra fiscal. Mas, com esse histórico de fracassos, não dá para ser otimista. Periga nascer uma CPMF.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Competitividade agora é palavra de ordem no governo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Equipe econômica estuda novas medidas para preparar país para retomada de crescimento global

Simone Cavalcanti

O aumento da competitividade do setor produtivo brasileiro tomou de vez a agenda do governo pelos próximos anos. A orientação da presidente Dilma Rousseff é que esse processo seja acelerado, principalmente enquanto a crise financeira internacional estiver latente, e prepare o país para o período de retomada global.

Por isso mesmo, novas medidas estão em estudo em uma ação conjunta com a iniciativa privada. Levantamento feito pelo **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** em conjunto com a Agência Nacional de **Desenvolvimento Industrial (ABDI)** deve apontar o caminho do que pode ser feito no sentido de reduzir os custos da **produção**.

Segundo o secretário-executivo do **MDIC**, Alessandro Teixeira, o governo ouviu representantes de 19 cadeias produtivas que elencaram suas dificuldades e as iniciativas que podem elevar a competitividade das empresas. "Foram várias reuniões e disso sairão medidas que poderão ser horizontais e verticais", disse, acrescentando que ainda não está definido se haverá aumento de crédito ou novas desonerações.

Como a estrutura produtiva brasileira é muito heterogênea, lembrou o presidente da ABDI, Mauro Borges, há setores intensivos em capital e outros em trabalho. Assim, ações como a desoneração da folha de pagamentos acabam atingindo horizontalmente as cadeias produtivas. Atualmente, segundo ele, a **produção** de 3,3 mil produtos não está mais onerada pelo regime antigo de contribuição para a Previdência Social. Esse montante significa 59% das **exportações** de manufaturados.

Depois de estabelecer um plano para reduzir os custos da energia elétrica, o setor de gás natural - fundamental para o setor petroquímico - está na mira, conforme publicou o **Brasil Econômico**. Assim como na conta de luz, o preço do gás usado pela indústria é muito tributado e os técnicos da área econômica estão avaliando como é possível fazer a desoneração.

Investimentos Aliado a essa agenda, os investimentos não saem do foco. Afinal, sem o aumento da oferta de produtos e serviços, os riscos inflacionários se intensificam. "Nós temos a clara noção de que é preciso aumentar a taxa de investimento. Só que isso não se faz da noite para o dia", disse o secretário-executivo. "O investimento induzido pelo setor público vai aumentar a taxa agregada da economia", complementou Mauro Borges, presidente da ABDI.

No entanto, Teixeira admitiu que, muito embora o consumo esteja aquecido, a massa salarial crescendo e um ambiente considerado de pleno emprego, os investimentos não devem se recuperar no ritmo desejado. "Não vai ter aumento do investimento se não há expectativa positiva. O ambiente é de incerteza", afirmou.

No início deste ano, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, esperava que os investimentos crescessem 13% neste ano. A expectativa foi frustrada e agora ele já projeta um aumento de dois dígitos só em 2013. De acordo com o documento "Economia Brasileira em Perspectiva", elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE), a taxa média anual de expansão entre 2004 e 2011 é de 8,66%.

	VEÍCULO BOL NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria cresce sem ampliar suas vagas de trabalho		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Apesar de a produção industrial ter registrado crescimento nos três últimos meses, o emprego no setor não acompanhou esse ritmo. Dados do IBGE de julho e agosto sinalizam o "estancamento" do movimento de demissões no setor, mas não um aumento nas contratações.

O total de empregos industriais no país caiu 0,1% em agosto em relação a julho -quando havia subido 0,2%.

"O resultado mostra que o emprego está estável e estancou as quedas dos meses anteriores", diz Fernando Abritta, economista do IBGE.

Para o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), o emprego "oscilou" numa "provável trajetória" positiva à vista.

"Um curso favorável do emprego industrial nos próximos meses se mantém como possível dada a retomada da produção da indústria", afirma a entidade setorial.

Apesar da aparente interrupção das demissões, a indústria não deu sinais claros de que voltará a contratar com intensidade.

Indicador que antecipa admissões no futuro, o número de horas pagas voltadas à produção ficou estável em agosto, após subir 0,3% em junho na comparação com o mês anterior.

Só após usar a carga horária máxima de seus empregados com horas extras é que as empresas pensam em contratar -ou seja, primeiro, as horas pagas sobem com força, antes do pessoal ocupado.

PERDA PERSISTENTE

A indústria está longe de zerar as perdas no que tange ao emprego.

De março a junho (período de forte retração da produção e de pico do impacto no emprego), o número de pessoas ocupadas caiu 1,2% em relação a meses anteriores.

Ou seja, a trajetória de estabilidade recente do emprego, puxada pela melhora do ritmo de produção desde junho, não foi capaz ainda de inverter a tendência de queda do emprego.

Na comparação com agosto de 2011, a retração dos postos de trabalho foi de 2% no mesmo mês deste ano.

"Os empresários esperavam uma recuperação na indústria no segundo semestre, o que, de fato, começou a ocorrer. Isso pode ter segurado demissões, mas o emprego sempre reage de modo defasado ao nível de produção, tanto para baixo como para cima", diz Abritta.

De junho a agosto (período de retomada), a produção fabril somou alta 2,3% no período, de acordo com o IBGE.

	VEÍCULO BOL NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Mantega preocupado com a política monetária americana		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

TÓQUIO, 11 Out 2012 (AFP) -A política monetária expansionista dos Estados Unidos pode ter efeitos colaterais mais graves que os diretos, afirmou nesta quinta-feira o ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, ao resumir para a imprensa uma reunião dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

"Estamos preocupados com o fato dos Estados Unidos apenas utilizarem a política monetária para estimular a economia americana. É evidente que a política monetária ajuda, mas não resolve os problemas", declarou Mantega após a reunião com os colegas, à margem da assembleia do Fundo Monetário Internacional (FMI).

"É evidente que se você pratica a expansão monetária durante 10 anos, em algum momento vai dar resultados, mas os efeitos colaterais talvez sejam piores que os resultados diretos", completou.

"Melhor seria se tivessem uma política fiscal mais clara, para complementar uma política monetária expansionista", aconselhou Mantega.

Washington enfrenta a possibilidade de um aumento repentino dos impostos e de cortes drásticos dos gastos públicos, conhecido como "precipício fiscal", em consequência

da divergência política entre republicanos e democratas no Congresso, que precisam renovar um pacto a este respeito até dezembro.

O tema foi um dos abordados no encontro dos ministros dos BRICS, assim como a situação na Eurozona, explicou Mantega.

"Temos uma visão parecida com o World Economic Outlook (o relatório do FMI), que faz uma avaliação de que a economia mundial não melhorou", disse o ministro brasileiro.

"Os países europeus estão tomando medidas no caminho correto, os instrumentos que estão sendo construídos são adequados", explicou.

"Mas o problema é que todos estes novos instrumentos demoram", criticou o ministro.

Ao mesmo tempo, os países emergentes devem aproveitar suas sinergias, disse Mantega.

"Temos que aproveitar nosso dinamismo para poder continuar crescendo".

Os ministros do grupo decidiram avançar nos planos de criação de um fundo de reservas e de um banco. Um novo encontro acontecerá em novembro no México.